

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL (IPREM) DE SÃO PAULO: DA GARANTIA DE DIREITOS A POSSIBILIDADE DE COMPREENDER O OUTRO PARA ALÉM DE NÓS.

Autoras/res: Enio Francisco Rosa (Rosa, E. F.) – Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM); Juliana Cristina Silva Oliveira Canatelli (Canatelli, J. C. S. O.) – Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM); **COAUTORES:** Larissa Leme Batista (Batista, L. L.) – Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM); Renata Miranda Neumann (Neumann, R. M.) – Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM); Simone Aparecida Gonçalves (Gonçalves, S. A.) – Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM)

Palavras-chaves: Direitos previdenciários da pessoa com deficiência, avaliação biopsicossocial, capacitismo.

Introdução: A (contra)reforma previdenciária, com a Emenda Constitucional 103/2019, impôs novas regras para aposentadoria e pensão nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Entre retrocessos, dois grandes avanços: a adequação normativa aos direitos da pessoa com deficiência e a garantia de que a avaliação da deficiência será biopsicossocial. **Objetivo:** Analisar a implementação da avaliação biopsicossocial no IPREM e seus impactos na concessão de benefícios, nas práticas profissionais, e no enfrentamento da cultura capacitista na instituição e entre os sujeitos envolvidos. **Metodologia:** Revisão e elaboração de atos normativos, capacitação dos assistentes sociais do IPREM e desenvolvimento de sistema para aplicação do Índice de Funcionalidade Brasileiro adaptado à Aposentadoria (IFBrA). A complexidade do processo exigiu aprofundamento teórico-prático em temas como capacitismo, acesso a direitos e leitura dos territórios e suas relações com o indivíduo. A articulação com outros institutos, políticas e movimentos sociais foi fundamental, culminando na criação do Fórum de Assistentes Sociais dos RPPS (FASRPPS). **Resultado:** A implantação da avaliação biopsicossocial no IPREM resultou na ampliação do acesso aos direitos previdenciários por pessoas com deficiência, evidenciando a importância da escuta qualificada e da análise do contexto de vida dos trabalhadores. O uso do IFBrA fortaleceu a atuação profissional e promoveu

reflexões críticas sobre o capacitismo institucional. A prática intersetorial favoreceu a construção coletiva de saberes, consolidando o protagonismo dos assistentes sociais no processo e reafirmando a avaliação biopsicossocial como instrumento de garantia de direitos e de enfrentamento das desigualdades. **Considerações Finais:** A experiência no IPREM demonstra a necessidade de ampliar práticas pautadas no modelo biopsicossocial que valorizem o contexto social e humano; fortaleçam capacitação contínua; ampliem redes interinstitucionais; e promovam políticas inclusivas de combate ao capacitismo. Assim, assegura-se uma previdência justa, que reconheça a diversidade e garanta a efetivação plena de direitos para todos.